



OUTUBRO 2018

CINCO PRIORIDADES
PARA A SAÚDE
EM PORTUGAL

FÓRUM SAÚDE SÉCULO XXI

Índice

Introdução	3
Tendências na saúde no século XXI	4
Financiamento	5
Regulação e prestação de cuidados	7
Pagamentos – novo paradigma	9
O cidadão no centro do sistema	11
Literacia em saúde	13
Colaboração e contributos	14

SAÚDE EM PORTUGAL QUE PRIORIDADES?

1. Como assegurar a sustentabilidade económica e financeira do sistema nacional de saúde garantindo a qualidade dos cuidados e a equidade no acesso?
2. Como promover a autonomia administrativa e financeira das pessoas coletivas públicas prestadoras de cuidados de saúde?
3. Qual o paradigma do modelo de financiamento do futuro?
4. Como assegurar uma articulação efetiva entre os Cuidados Primários (CP), os Cuidados Hospitalares (CH) e os Cuidados Continuados (CC)?
5. Como melhorar a literacia em saúde dos cidadãos?

Introdução

O texto agora publicado é uma síntese das reflexões e reuniões dos grupos de trabalho do FÓRUM SAÚDE PARA O SÉCULO XXI, realizadas no primeiro semestre de 2018 e que procuraram encontrar respostas para as cinco questões acima enumeradas.

O documento explora e desenvolve, cinco das dez recomendações que constam do anterior *Position Paper* publicado em fevereiro de 2017 e incorpora muitas das ideias e sugestões, que fomos recolhendo nas reuniões e conversas que tivemos com vários stakeholders da área da saúde e com os deputados da Comissão de Saúde da Assembleia da República.

O nosso objetivo principal é fomentar o debate junto da sociedade civil e do poder legislativo e executivo, sensibilizando-os para os desafios da saúde no século XXI.

Independentemente da aceitação e implementação das recomendações que apresentamos, não queremos deixar de referir o pensamento de um dos mais brilhantes cientistas do século XX:

“Fazer, todos os dias, as mesmas coisas e esperar resultados diferentes, é a maior prova de insanidade.”

Albert Einstein

As ciências da vida e os cuidados de saúde: tendências e evolução futura

Passados quarenta anos sobre a criação do SNS, há que reconhecer e saudar o seu inestimável contributo para os ganhos em saúde obtidos. Todavia, importa também reconhecer que o atual enquadramento socioeconómico é diferente do de 1979, pelo que os desafios são hoje substancialmente diferentes.



Demografia

- A esperança média de vida à nascença em Portugal, em 2016, era de 80,8 anos¹.
- A esperança média de vida aos 65 anos em Portugal, em 2014 era de 21,9 anos para as mulheres e 18,1 anos para os homens².
- Segundo projeções do Eurostat a esperança média de vida aos 65 anos continuará a aumentar nas próximas décadas com um incremento médio de 3 meses por cada ano².
- O número médio de filhos por mulher em idade fértil foi, em 2017, de 1,37³.

Verifica-se uma tendência acentuada do envelhecimento da sociedade portuguesa que terá como consequência uma maior pressão sobre o Orçamento do Estado, fruto do aumento do número de pensionistas e dos gastos em saúde.



Doenças

- 9,3% da população portuguesa tem Diabetes – quase um milhão de pessoas⁴.
- 52,8% da população com mais de 18 anos tem excesso de peso⁴.
- 25,3% da população com mais de 15 anos tem hipertensão arterial⁴.
- 11,9% da população com mais de 15 anos apresenta sintomas de depressão⁴.
- Mais de 50% da população portuguesa maior de 18 anos sofre de uma doença reumática⁵.

Verifica-se uma tendência para o aumento das doenças mentais, das doenças crónicas e da multimorbilidade, o que obrigará a uma nova abordagem nos cuidados integrados.



Tecnologia & Inovação

Inversamente à maioria dos setores de atividade económica, a inovação em saúde não se traduz em aumentos de produtividade associados a reduções de custos, muito pelo contrário. As novas tecnologias e as inovações terapêuticas tendem a ser mais caras. No entanto, podem significar poupanças quando avaliadas em termos do impacto global a nível económico e social⁶.

¹ Fontes/Entidades: INE, PORDATA | Última atualização: 2018-05-29; ² OECD/EU (2016), Health at a Glance: Europe 2016 – State of Health in the EU Cycle, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264265592-en>; ³ Fontes/Entidades: INE, PORDATA | última atualização: 2018-06-15; ⁴ Fonte: INE | Inquérito Nacional de Saúde 2014. ⁵ Branco JC, et al. RMD Open 2016;2:e000166. doi:10.1136/rmdopen-2015-000166 ⁶ https://www.apifarma.pt/Documentos%20eNews/Estudo_valor_Medicamento_Portugal_25.10.2018.pdf

Recomendação #1

Aumento da percentagem da despesa em saúde no total da despesa pública (12% em 2014)¹ tendendo progressivamente – máximo de cinco anos – para a média da UE (16,7% em 2016)².

Esta recomendação tem por base os seguintes fundamentos:

Permite comparações entre as despesas em saúde de diferentes países independentemente do respetivo PIB, podendo assim, avaliar-se qual a percentagem do total da despesa pública que cada Estado aloca à saúde.

A percentagem da despesa pública no total da despesa corrente em saúde – sector público mais sector privado – está abaixo da média dos países da UE e a despesa das famílias está acima. (Em Portugal o Estado suporta 65% da despesa total em saúde e as famílias suportam 28%; a média na UE é de 77% e 18% respetivamente)².

Em Portugal, as despesas em saúde per capita em valores ajustados para as diferenças de poder de compra estão 34,2% abaixo da média da UE¹.

É um argumento e uma razão forte para a existência de um orçamento plurianual que acomode os investimentos que são necessários para garantir a sustentabilidade, a qualidade e a equidade do SNS.

Com esta medida pretende-se inverter a tendência dos últimos anos e garantir que o financiamento das despesas e dos investimentos em saúde serão suportados pelo Orçamento do Estado e não pelas famílias.

¹ OECD/EU (2016), Health at a Glance: Europe 2016 – State of Health in the EU Cycle, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264265592-en>. Os dados relativos a Portugal reportam-se ao ano de 2014, uma vez que não constam do relatório da OECD "Health Statistics 2018" ² OECD/EU (2018), Health at a Glance: Europe 2018: State of Health in EU Cycle, OECD Publishing, Paris. https://doi.org/10.1787/health_glance_eur-2018-en

IMAGINANDO PORTUGAL EM 2025

Os partidos representados na Assembleia da República estabeleceram um pacto, que permitiu aos diferentes Governos a concretização de um plano de reestruturação do sistema nacional de saúde e a renovação dos equipamentos e infraestruturas das unidades que integram o SNS. Foi ainda possível a contratação e formação de profissionais de saúde e de secretários clínicos.

Em 2025, a percentagem da despesa total em saúde suportada pelas famílias diminuiu e está em linha com a média dos países da UE.

O Estado reduziu substancialmente o prazo de pagamento aos fornecedores obtendo descontos e condições mais favoráveis.



Recomendação #2

Criar uma efetiva separação entre o financiador, o regulador e o prestador de cuidados de saúde, acabando-se com as relações de interdependência e aplicando-se critérios de avaliação previamente definidos, bem como as respetivas consequências.

No âmbito desta recomendação propomos as seguintes medidas:

Os modelos de contratualização devem incluir cláusulas que salvaguardem os interesses dos cidadãos, aplicando-se a todos os prestadores de cuidados independentemente de pertencerem ao setor privado, social ou público.

Enquanto entidade reguladora, o Ministério da Saúde deve desenvolver modelos de contratualização indutores da eficiência, tendo em conta as particularidades dos diferentes setores (público, privado e social).

Promover a autonomia administrativa e financeira das pessoas coletivas públicas através da descentralização e desconcentração.

Responsabilizar os gestores pelos resultados.

As políticas de saúde têm de promover a complementaridade entre o setor público, o setor privado e o terceiro setor, privilegiando aquele que em cada caso particular esteja melhor posicionado para satisfazer as necessidades do cidadão.

IMAGINANDO PORTUGAL EM 2025

O Ministério da Saúde tem hoje como principais atribuições a definição das políticas públicas de saúde, o financiamento das pessoas coletivas públicas que prestam cuidados de saúde no âmbito do SNS, a contratualização com as pessoas singulares e coletivas do sector privado e do sector social e a regulação de todas as atividades relacionadas com a saúde.

O principal prestador de cuidados de saúde é hoje o Ministério da Economia através das pessoas coletivas públicas, que assumiram o estatuto de EPE e têm hoje uma verdadeira autonomia administrativa e financeira, cujo impacto se traduziu numa gestão mais eficiente e responsável.

O sector público, o sector privado e o sector social concorrem entre si e complementam-se. Todos os cidadãos têm uma maior oferta de serviços e a liberdade de optar em condições de igualdade por qualquer prestador que integre sistema nacional de saúde.



Recomendação #3

Adotar modelos de financiamento centrados nos resultados em saúde obtidos e não nos atos realizados.

No âmbito desta recomendação propomos as seguintes medidas:

Divulgação dos resultados em saúde de cada instituição prestadora por tipo de patologia e em função de critérios clínicos e de satisfação do doente/utente, quer sejam do sector público, quer sejam do sector privado.

Definir critérios objetivos e únicos para os investimentos em tecnologia, infraestruturas e contratação de pessoal, tendo em vista os resultados – em saúde e financeiros – a curto, médio e longo prazo.

O paradigma do pagamento deve ser indexado à qualidade do ato clínico e não ao ato em si mesmo.

Procurar – sempre que possível – indexar o pagamento dos tratamentos aos resultados obtidos e previamente estabelecidos e acordados.

Não decidir em função do preço, mas sim em função dos resultados globais.

Implementar um sistema de contabilidade analítica que possibilite o apuramento dos custos reais por instituição, serviço e doente, porque, “o que não se mede não se consegue gerir!”

Criar incentivos financeiros, de progressão na carreira e de outra natureza, que premeiem as instituições e os profissionais que atinjam ou ultrapassem os objetivos estabelecidos.

Com estas medidas pretende-se promover a qualidade em detrimento da quantidade e a racionalidade e eficiência em detrimento do despesismo e desperdício.

IMAGINANDO PORTUGAL EM 2025

O Ministério da Saúde conhece os custos exatos de cada unidade prestadora de cuidados de saúde que integra o sector público bem como das diferentes patologias.

Esta informação, essencial para uma gestão eficiente do SNS, permitiu estabelecer benchmarks que permitiram melhorar não só o desempenho das unidades do sector público, como contribuíram para uma contratualização mais eficiente com os sectores privado e social.

Os cidadãos não só têm liberdade de escolha, como têm acesso a toda a informação necessária à sua decisão.

A indexação do pagamento da inovação terapêutica aos resultados obtidos é a regra e não a exceção.

Os profissionais de saúde estão motivados e satisfeitos, o que se reflete na qualidade dos serviços prestados e no elevado grau de satisfação dos utentes e doentes.



Recomendação #4

Redesenhar o modelo organizativo promovendo a articulação entre os cuidados de saúde primários (CSP), os cuidados de saúde hospitalares (CH), e os cuidados continuados (CC), procurando desfazer a sobreposição de gastos e recursos e respondendo às necessidades e expectativas dos cidadãos que pagam o SNS através dos impostos e taxas.

No âmbito desta recomendação propomos as seguintes medidas:

Criar um sistema de Registo Clínico Nacional (RCN), único e universal – incluindo o sector público e privado – que permita o acesso ao histórico de saúde de cada cidadão, mediante a autorização deste, aos profissionais de saúde credenciados para o efeito.

Colocar o cidadão no centro do sistema. O sistema nacional de saúde existe para servir o interesse do cidadão e não interesses corporativos, políticos ou comerciais.

Os CSP têm de assumir o papel principal no sistema de saúde e os médicos de família – ou outros profissionais de saúde – o papel de “gestores” ou “guias” no percurso dos cidadãos através do sistema.

Contratar e formar pessoal administrativo de modo a melhorar o atendimento ao cidadão e a libertar os profissionais de saúde do excesso de burocracia atual no SNS.

Adaptar os horários das unidades prestadoras de cuidados de saúde aos diferentes padrões de vida da população, tendo em consideração as diferenças significativas entre indivíduos ativos e não ativos, entre os que residem nos grandes centros urbanos e os que vivem na província e em ambientes rurais.

Com estas medidas pretende-se que o modelo organizativo esteja centrado no doente e não na doença e que o cidadão esteja verdadeiramente no centro do sistema.

IMAGINANDO PORTUGAL EM 2025

Todos os portugueses têm um médico de família que é a pedra angular do SNS e que atua como o seu “gestor” de saúde.

As doenças agudas não emergentes são hoje orientadas pelos Cuidados de Saúde Primários que constituem a porta de entrada no sistema e resolvem mais de 80% dos casos.

Existe um Registo Clínico Nacional que reúne o historial de saúde de cada cidadão e que este pode partilhar com os profissionais de saúde devidamente credenciados. Hoje, toda a informação é digital e pode ser rapidamente encontrada e consultada.

Os cidadãos já não precisam de se deslocar pessoalmente às unidades prestadoras de cuidados de saúde para tratarem de assuntos administrativos. Hoje, a marcação/desmarcação de consultas, a renovação de receitas, e todos os atos não clínicos, podem ser efetuados via telefone e internet.



Recomendação #5

Melhorar a literacia em saúde de todos os cidadãos com vista à adoção de comportamentos e estilos de vida mais saudáveis.

No âmbito desta recomendação propomos as seguintes medidas:

Reconhecer que a literacia em saúde é um fator fundamental para qualquer política de prevenção em saúde.

A literacia tem de começar na escola através da inclusão de módulos sobre saúde em disciplinas que já existam e que devem ser desenvolvidos conjuntamente pelos Ministérios da Saúde e Educação.

Utilização da política fiscal para alterar comportamentos e consumos.

Conceber campanhas publicitárias que promovam a adoção de estilos de vida saudável e prevenção de comportamentos de risco.

As cantinas das escolas e das pessoas coletivas públicas prestadoras de cuidados de saúde, devem fornecer refeições saudáveis e equilibradas e serem locais “livres de fumo”

No âmbito desta recomendação está o reconhecimento de que a prevenção é melhor que a cura, sendo um facto para a pessoa, para o contribuinte e para toda a sociedade. Sabe-se também que pequenas mudanças no estilo de vida produzem grandes mudanças ao nível da saúde.

IMAGINANDO PORTUGAL EM 2025

A utilização da política fiscal contribuiu para diminuir o consumo de bebidas alcoólicas, sal, açúcar e tabaco.

A atividade física é hoje prescrita pelos profissionais de saúde e contribuiu para o desenvolvimento do sector e das profissões a este associado.

A reabilitação dos doentes é feita de uma forma mais natural, criando hábitos de atividade física que perduram ao tratamento.

Os mais jovens influenciaram as suas famílias, que começam a adotar hábitos de vida mais saudáveis: ser saudável tornou-se “viral”.

O número de refeições saudáveis servidas pelas cantinas escolares e das instituições públicas aumentou 30% desde 2019.



Colaboração e contributos

O FÓRUM SAÚDE PARA O SÉCULO XXI agradece a participação e colaboração das seguintes individualidades, sem as quais não teria sido possível a redação deste documento:

Álvaro Santos Almeida	Luis Abranches Monteiro
Alexandre Valentim Lourenço	Luís Cunha Miranda
Ana Lívio	Luís Campos
António Santos	Luís Rocha
Andrea Lima	Manuel Lacerda Cabral
António Araújo	Manuela Seixas
António Leão	Manuel Teixeira Veríssimo
Arsisete Saraiva	Margarida Bajanca
Artur Osório	Maria João Lupi
Carlos Cruz	Miguel Eiras Antunes
Carlos Pereira Alves	Miguel Mendes
Catarina da Luz Oliveira	Nelson Pires
Cristina Campos	Nuno Sousa Pereira
Duarte Nuno Vieira	Óscar Brito Fernandes
Elsa Melo	Paulo Cleto Duarte
Ema Paulino	Paulo Nunes de Abreu
Francisco Duarte Correia	Paulo Santos
Fernando Macário	Pedro Serra Pinto
Fernando Pinto	Paulo Teixeira
Helder Mota Filipe	Pedro Correia
Helena Telles Antunes	Pepe Cardoso
Isabel Trindade	Sílvia Moreira
João Marrana	Sílvia Rodrigues
João Valente Nabais	Susana Sampaio Oliveira
José Luís Medina	Rui Dias Costa
José Cunha-Vaz	Teresa Craveiro
José Mesquita Bastos	Ute Peppenhorst
José Silva Cardoso	Victor Oliveira
Libério Ribeiro	

O FÓRUM SAÚDE PARA O SÉCULO XXI agradece o apoio que recebeu dos seus patrocinadores o qual viabilizou a publicação deste documento:

Associação Portuguesa de Seguradores, Deloitte, Jaba Recordati, Lilly, Novartis, Pfizer, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa



www.forumsaudexxi.pt
andrealima@forumsaudexxi.pt
pedroserrapinto@forumsaudexxi.pt
+351 924 109 603

PORTUGAL . OUTUBRO 2018
© 2018 FÓRUM SAÚDE PARA O SÉCULO XXI. Todos os direitos reservados.